



SUMÁRIO EXECUTIVO

ESTUDO QUALITATIVO SOBRE O PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO  
AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES – PROGRAMA SENTINELA

Universidade Federal de Minas Gerais  
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brasília, setembro de 2006

## Sumário Executivo

---

# ESTUDO QUALITATIVO SOBRE O PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – PROGRAMA SENTINELA

## Apresentação

O Estudo Qualitativo sobre o Programa de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Programa Sentinela, foi realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), contratado por processo licitatório por meio de cooperação técnica entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no âmbito do projeto BRA/04/046 – Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação. Realizado no período de janeiro a setembro de 2006, o estudo teve por objetivo avaliar a implantação e gestão do Programa Sentinela e seus efeitos sobre os beneficiários, bem como propor padrões mínimos de qualidade para suas ações.

O Programa Sentinela foi criado, em 2001, com o objetivo de atender, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), crianças e adolescentes vitimados pela violência com ênfase no abuso e exploração sexual, por meio de um conjunto articulado de ações, bem como criar condições que possibilitem às crianças e aos adolescentes e suas famílias, o resgate e a garantia dos direitos, o acesso aos serviços de assistência social, saúde, educação, justiça e segurança, esporte, lazer e cultura, guardando compromisso ético e político e primando pela multidisciplinaridade das ações.

As atividades desenvolvidas, até 2005, no âmbito do chamado Programa Sentinela foram incorporadas durante um período, pela Proteção Social Especial de Média Complexidade, especificamente pelo Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes ofertado pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Com a Resolução CNAS Nº 109, de 11/11/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço foi incorporado ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), desenvolvido no CREAS.

Assim, este estudo foi realizado em um momento de transição do Sentinela, de um “programa” para um “serviço” ou “ação continuada” a ser desenvolvido pelos CREAS, em função das modificações no âmbito da PNAS, com a criação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

## 2. Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, realizado por meio de estudos comparativos de múltiplos casos (cada município constituindo-se em um caso), tendo como estratégias de coleta de dados: entrevistas presenciais com a utilização de roteiros semiestruturados com gestores municipais e estaduais, membros de conselhos tutelares e de conselhos municipais da assistência social, membros de comissões de enfrentamento à violência infanto-juvenil e membros das famílias atendidas pelo Programa; análise documental com base em material coletado diretamente nos municípios ou enviado pelo MDS e observação de campo.

Os estudos de caso foram realizados em 14 municípios, selecionados segundo os seguintes critérios: ano de implantação do Programa Sentinela no município, nível de elegibilidade do município ao Programa e porte populacional. Esses municípios estão distribuídos em diferentes regiões: quatro na Região Norte, três na Região Nordeste, dois na Região Sudeste, dois na Região Sul e três na Região Centro-Oeste, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Lista Final da Seleção dos Municípios pesquisados

Faixa de Elegibilidade	Implantação em 2001	Implantação em 2003	Nível de elegibilidade	Porte Populacional
Alta	Manaus (AM)	Fortaleza (CE)	10	Metrópole
	Ilhéus (BA)	Maceió (AL)	10	Grande
	Corumbá (MS)	Formosa (GO)	10	Médio
	Laguna (SC)	Guajará-Mirim (RO)	10	Pequeno
Média	Nova Andradina (MS)	Porto Nacional (TO)	6	Pequeno
Baixa	Guarujá (SP)	Petrópolis (RJ)	4	Grande
	Implantação em 2002	Implantação em 2004		
Municípios SENTINELA com “RISCO ZERO”		Santana (AP)	-	Médio
	Godoy Moreira (PR)		-	Pequeno

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Programa Sentinela DCP/NEPEM, UFMG e SAGI-MDS (2005).

A análise da implementação e gestão do serviço foi estruturada em seis componentes: contextualização, implantação, vigilância socioassistencial, gestão, articulação e transversalidade institucional e percepções dos beneficiários.

Os municípios foram analisados separadamente de acordo com o porte populacional, devido à forte influência desse fator, seja sobre a dimensão e complexidade que o fenômeno da exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes adquirem, seja pela magnitude e capacidade que o Estado e os demais atores da sociedade civil organizada possuem para enfrentá-lo.

### **3. Resultados**

#### **3.1 Análise dos componentes da implantação e gestão do Programa Sentinela**

Quanto ao perfil dos atores entrevistados e suas percepções sobre o Serviço, observou-se um quadro muito heterogêneo de atuação dos gestores. Em que pese à frequência de gestores mais qualificados nas grandes cidades e metrópoles, também foram encontrados trabalhos muito bons de gestão em municípios de médio e de pequeno porte. Contudo, é possível afirmar a presença de certo despreparo de parte dos gestores, especialmente daqueles de nível hierárquico superior, com relação às especificidades da temática da exploração comercial e abuso sexual de crianças e adolescentes. A alta rotatividade das equipes técnicas e as diferenças sistemáticas de capacitação entre os profissionais em relação à temática se traduziram em percepções fragmentadas, seletivas e descontinuadas acerca do funcionamento do Sentinela.

Em nenhum município pesquisado, as três funções – assistente social, psicólogo e coordenador – eram exercidas por figuras masculinas. Apenas na especialidade de educador social é que se verificou a presença masculina, evidenciando a predominância de mulheres nas equipes, comum a essa área de atuação. Da mesma forma, são as figuras maternas (as mães e as avós das crianças vitimizadas) que buscam e permanecem nos atendimentos, ao passo que pais ou outras figuras masculinas estão, em geral, ausentes desse contexto, ou pior, figuram nele como agressores/ofensores.

Em termos de contexto, todos os municípios possuem altas taxas de vulnerabilidade familiar, com muitos domicílios chefiados por mulheres, elevados índices de adolescentes (15 a 17 anos) fora da escola e presença significativa do trabalho infantil. A manifestação do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes é associada, pelos entrevistados, às fortes clivagens socioeconômicas, ao baixo dinamismo econômico, sobretudo dos municípios pequenos e médios, ao desemprego e à pobreza. As dificuldades nas relações e vínculos familiares, associadas à violência doméstica e intrafamiliar, também constitui um importante fator explicativo para a exploração sexual.

Em todos os municípios visitados, com exceção de um, os indicadores regionais de risco (ser município turístico, ribeirinho, de fronteira, etc.) se apresentaram, de fato, como elementos realmente determinantes na situação de exposição e risco à exploração sexual.

Informações a respeito da implantação do Sentinela nos municípios pesquisados foram de difícil obtenção. Em alguns casos, foi possível recuperar essa memória entrevistando ex-membros da equipe ou ex-gestores. Supõe-se que as frequentes trocas de equipes e de gestores contribuíram para a perda dessas informações e registros. Mesmo onde se obteve informação sobre a implantação do Sentinela, não foi possível identificar com segurança a razão pela qual aquele e não outro município foi escolhido.

Em termos de vigilância socioassistencial, foram encontradas situações distintas entre os municípios. Naqueles em que a Comissão Municipal de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual já estava constituída mesmo antes da implantação do Sentinela, verificou-se a existência de estratégias prévias de mapeamento das ocorrências de violência sexual. Apesar de ser perceptível, em vários relatos, a identificação (inclusive espacial/geográfica) de “locais focos” das ocorrências, especialmente as de exploração sexual, o mapeamento e a atualização dessas informações para subsidiar as ações do Programa não apareceu como uma rotina.

No que tange ao eixo preventivo de atuação do Programa Sentinela, vale assinalar seu maior desenvolvimento em municípios metropolitanos e de grande porte que, como se sabe, tendem a contar com uma sociedade civil mais organizada e com a presença ativa de fóruns que assumem parte substantiva das atividades de prevenção e de divulgação, em parceria com membros das equipes técnicas do Sentinela.

Em relação à gestão, articulação e transversalidade institucional, as condições de trabalho e os resultados alcançados pelo Sentinela têm relação direta com a articulação e a integralidade das ações passíveis de serem alcançadas pela rede de proteção socioassistencial.

Nos municípios menores, percebe-se a dependência quase absoluta do Sentinela em relação a essa rede. Já nos municípios em que a articulação e a integração entre os programas são maiores, as condições de atuação se encontram muito mais facilitadas.

Foi possível perceber também que a presença física do Sentinela no âmbito de um espaço ou Centro onde coexistem outros programas potencializa essa articulação, assim como minimiza a estigmatização, pela comunidade, das crianças atendidas.

Também se constata o estímulo para que as famílias, quando constatada a violação de direitos, façam o registro da denúncia nas delegacias, reforçando a ideia de que o Sentinela se constitui, para a maior parte destas famílias, em um facilitador do acesso às outras políticas públicas.

Uma reclamação realizada em uníssono pelos entrevistados referiu-se à precariedade dos vínculos de trabalho, bem como aos contínuos, sistemáticos e recorrentes atrasos nos repasses de recursos.

Foi evidenciada igualmente a forte insuficiência de estrutura e instrumentos para a realização da “busca ativa” nos municípios: boa parte dos centros entrevistados não possui instrumentos, nem operacionais (tais como equipes, carros, etc.), nem metodológicos suficientes para a realização de busca ativa de casos de exploração sexual, o que explica em parte os patamares pífios dos atendimentos de casos deste tipo de violência, ou seja, constatamos que não há combate efetivo à exploração sexual por falta de metodologias, capacitação e instrumentos adequados de trabalho.

E também nesta direção, entre os municípios foi possível igualmente constatar ausência de uniformidade (e até algumas divergências) no que tange à metodologia estabelecida pelo Sentinela. Identificou-se a especialização no atendimento com certo predomínio do atendimento psicoterapêutico que parece muito mais voltado para os casos de abuso sexual, em detrimento de muitas outras possibilidades e formatos possíveis: grupos terapêuticos, atendimento à família, etc. O que isto está nos revelando então é que não são frequentes os atendimentos diversificados por equipe multiprofissional, os Sentinelas acabam por se concentrar em casos de abuso e outras violências, em detrimento dos casos de exploração.

### **3.2 A percepção dos beneficiários sobre o atendimento**

As famílias de crianças e adolescentes usuárias entrevistadas, todas indicadas diretamente pela coordenação dos respectivos municípios, foram uníssonas na defesa e na tentativa de destacar a importância incontestável do Programa em suas vidas. O que mais se destacou nos discursos foi a situação de precariedade e de vulnerabilidade social dessas famílias, na sua maioria muito pobres e quase completamente desassistidas pelo poder público.

Quanto às percepções dos beneficiários, apesar da impossibilidade de estabelecer uma amostragem representativa dos atendimentos realizados nos municípios pesquisados, entrevistou-se um pequeno grupo de beneficiários e usuários no intuito de captar suas percepções sobre o serviço. Em geral, a percepção dos entrevistados sobre os serviços de atenção às crianças e adolescentes vitimizadas e suas famílias foi positiva. No contexto de vida das famílias atendidas, marcado por um padrão de iniquidade social histórica, vulnerabilidade e exclusão, a oferta de um serviço de atendimento especializado e qualificado como o Sentinela é descrito como um “refúgio” e, mesmo, como uma “tábua de salvação” ou ponto de apoio no sentido da reconstituição dos vínculos familiares rompidos pela vivência deletéria da violência.

Alguns depoimentos deixaram entrever a vulnerabilidade total destas famílias sendo que o Sentinela acabava por se transformar em porta de entrada para os serviços públicos (às vezes a única percebida), dos quais essa parcela da população parecia estar alijada. Também se constata o estímulo a que as famílias, quando constatada a violação de direitos, façam o registro da denúncia nas delegacias, sendo reforçada a ideia de que o Sentinela termina por se constituir, para a maior

parte destas famílias em um facilitador do acesso às outras políticas públicas, a exemplo das políticas de transferência de renda, de saúde, educação, segurança pública, capacitação profissional e até mesmo habitação.

No que tange ao atendimento, os entrevistados reportaram as modalidades e práticas mencionadas pelas equipes técnicas. Um aspecto negativo bem ressaltado nos depoimentos foi a situação da rotatividade dos membros da equipe técnica e dentre as principais sugestões apresentadas destacaram-se: a necessidade da contratação de mais profissionais, a possibilidade de atendimentos ao agressor (sobretudo se este for um adolescente), a realização de atividades grupais com as famílias com a possibilidade de atividades esportivas e lúdicas com as crianças, o encaminhamento das adolescentes vitimizadas pela exploração para alguma atividade remunerada, o desenvolvimento de atividades de geração de renda com as famílias, a ampliação do atendimento psicológico incluindo também às famílias, a realização de palestras e atendimentos nos bairros, o desenvolvimento de atividades em grupo para as crianças e familiares e, por fim, aumento no número e na frequência das visitas domiciliares, além da definição de uma melhor infraestrutura para a equipe a exemplo de um espaço “mais isolado” e privado para a realização dos atendimentos.

O acompanhamento do fluxo de atendimento dos beneficiários na rede de serviços apontou, de um modo geral, para formas incipientes de articulação das ações implementadas em diferentes áreas de políticas. Os entrevistados fazem referência às iniciativas de cadastramento ou ao encaminhamento do beneficiário ou dos membros da família para outros programas sociais, marcação (ou acompanhamento) de consultas na rede pública de saúde e de educação ou o encaminhamento para agências do setor privado. Uma crítica frequente foi a ausência de um acompanhamento sistemático dos atendimentos, ou seja, depois de realizado o encaminhamento do Programa para outros órgãos, não havia um bom registro ou mesmo a presença da informação se a família atendida pelo Programa foi de fato atendida pela rede.

Nesse sentido, as iniciativas intersetoriais parecem traduzir vínculos comunicacionais e interacionais entre profissionais e gestores de diferentes programas e setores de políticas, não evidenciando o desenvolvimento de modalidades de gerenciamento regular dos vínculos interinstitucionais existentes entre as instituições implicadas no atendimento às vítimas de exploração e violência sexual de uma forma geral.

A percepção dos entrevistados sobre os impactos do Programa se concentra tanto no fortalecimento da autoestima da vítima e da sua capacidade de lidar com a situação de violência vivenciada, quanto na reconstrução dos vínculos familiares. Cabe destacar igualmente, que as famílias atendidas, ainda que avaliando positivamente o serviço prestado, percebem as dificuldades enfrentadas, sobretudo aquelas referentes à precariedade infraestrutural para os atendimentos.

Vale destacar, por fim, o registro de reiteradas menções à necessidade da expansão do serviço para além das crianças a adolescentes vitimizados, reclamando-se atendimentos grupais às famílias e também ao agressor.

#### **4. Considerações finais**

Uma das conclusões que ficaram evidentes no estudo realizado é a de que não existe uma política sistemática e continuada de fiscalização e acompanhamento das ações implementadas pelo Programa Sentinela. Desta forma, encontramos municípios funcionando em isolamento (que não é apenas geográfico) de toda e qualquer instância maior de controle e fiscalização: a começar pela inexistência de boas condições de infraestrutura (da inadequação do espaço físico até o acesso a um computador conectado à Internet), passando pela instabilidade e desarticulação dos membros da “rede”, atravessando as adversidades contidas na lógica clientelista e de barganhas do poder local, a precariedade dos vínculos e das formas de recrutamento das equipes, a falta de qualificação e atualização técnica dos profissionais e a omissão e/ou lentidão dos principais agentes de responsabilização.

Destacamos então que as principais condições de implantação, quando foram passíveis de reconstituição no processo da avaliação, nos revelaram que, em boa parte destes municípios, o Sentinela “chega” sem a explicitação ou delimitação clara dos critérios que balizaram a escolha do município em receber o Programa, faltam realmente critérios equitativos para a definição do tamanho e número das equipes, há pouco planejamento prévio (seja da gestão local, seja da estadual), não há preocupação muito efetiva com o estabelecimento das condições básicas para o seu funcionamento (da infraestrutura à capacitação e treinamento prévio de seus profissionais) e o mais grave, foi raro encontrar uma prévia articulação da “rede”, sendo que os seus atores principais parecem agir igualmente fragmentados (tanto quanto os municípios) e, na maioria das vezes que se articulam, o movimento é mais espasmódico, episódico e pouco integrado e transversal.

Com relação às diferenças que puderam ser percebidas em relação aos portes municipais o que se destaca é, de fato, a necessidade que critérios diferenciados para tratar municípios de tamanhos diferentes sejam levados em conta, sobretudo no que tange à contratação das equipes, que, parece-nos claro, deveriam ser compatíveis com o tamanho da própria população municipal (em especial a de crianças e adolescentes). Esta seria uma das definições que poderiam, em um espaço relativamente curto de tempo, dar mais sustentabilidade e continuidade aos atendimentos.

Em relação à precariedade dos vínculos de trabalho das equipes, esperamos que a transformação do Sentinela em um serviço ou “ação continuada” possa surtir algum efeito positivo sobre este aspecto tão negativamente enfatizado em campo. Uma boa estratégia de continuidade seria a garantia de que estes contratos se efetivassem pelo prazo mínimo de dois anos, para que as equipes técnicas tivessem o tempo suficiente e o estímulo necessário para investimento real nas suas respectivas atuações.



No que diz respeito aos fluxos do atendimento, o processo e os procedimentos que envolvem a política necessitam passar por crítica profunda, o que inevitavelmente inclui sensibilizar, desde gestores, equipes técnicas e atores da própria sociedade civil de o que deve “circular” no âmbito deste fluxo são as informações e os relatórios de casos (referidos aos atendimentos realizados), e não as próprias crianças vitimizadas. Tal aspecto é absolutamente prioritário para se evitar que crianças e adolescentes sejam continuamente revitimizados e passem, mais uma vez, a ser “punidos” através de novas violências que se sobrepõem àquela já perpetrada e dolorosamente vivida.

Cabe destaque, no que tange aos formatos do atendimento psicossocial e psicoterapêutico, que os órgãos gestores também deveriam priorizar ou estabelecer com mais critérios e rigor os formatos e as técnicas envolvidas. Infelizmente foi possível identificar que em municípios que estão mais próximos dos grandes ambientes de difusão do conhecimento o Sentinela consegue estabelecer padrões, seja de recrutamento e capacitação de suas equipes, seja de atualização das técnicas envolvidas no atendimento, mais coerentes e sistemáticos de intervenção. Foram pouquíssimos os municípios que nos reportaram o conhecimento de técnicas de intervenção clínica e de atendimento para casos de violência sexual. Mesmo que ao órgão gestor, em nossa opinião, não deva caber a tarefa de determinar arbitrariamente qual técnica deva ser aquela adotada para os atendimentos (sobretudo os clínicos), entendemos que é seu papel fundamental (inclusive dos gestores estaduais), apresentar as possibilidades e oferecer oportunidades de treinamentos e de qualificações.

A despeito das disparidades nos ciclos de implantação do Sentinela, infelizmente não é possível afirmar, partindo dos dados levantados, que mais tempo de implantação signifique necessariamente melhores condições de gestão. Sobretudo porque as gestões locais se encontravam ainda capturadas pelas mudanças e transições de governo, estando em alguns municípios ainda reféns das práticas clientelistas. As condições de melhoria de gestão em boa parte destes casos puderam ser mais facultadas ao envolvimento pessoal, particular de alguns atores, bem como ao contexto favorável a uma maior articulação, do que à estabilização e maior tempo de desempenho nos atendimentos e atividades pertinentes ao Sentinela.

Nesse último sentido cabe mencionar as limitações ao encaminhamento dos beneficiários à rede de atendimentos: sobretudo naqueles municípios em que há uma rede muito pequena de programas sociais, sejam públicos, sejam oferecidos pela sociedade civil organizada (em especial aqueles voltados à vulnerabilidade dos grupos familiares) há muita precariedade nas opções para o encaminhamento das vítimas à rede de serviços. Também constatou-se que não é frequente que haja prioridade nesse atendimento aos casos oriundos do Sentinela.

Vale ainda destacar a urgente necessidade da construção de instrumentos específicos para o acompanhamento do fluxo das ações interinstitucionais pelos vários agentes dessa rede de enfrentamento, no atual estágio do Programa, e em

especial, pelo próprio governo federal. Vários entrevistados reconheceram que, para o desenvolvimento de ações integrais e transversais no âmbito do município e ao longo do arranjo federativo da política de assistência social, estes instrumentos necessitam ser elaborados, construídos e efetivados.

Em que pese a constatação da presença de uma força integrativa de solidariedade, presente sobretudo no interior das equipes e de alguns Fóruns de Enfrentamento, há que se ponderar que esta “força”, desvinculada de ações concretas do estado, não consegue alcançar os resultados desejados de transversalização e integração. É indiscutível que há um papel muito relevante a ser desempenhado por uma esfera pública, “politicamente influente” no tema da violência sexual perpetrada contra as crianças e adolescentes (e na grande maioria destes municípios esta “esfera” ainda não se constituiu ou se consolidou), e o estado seja ele no âmbito federal, estadual ou municipal não pode e não deve se furtar a esse papel.

Em relação à percepção geral dos beneficiários, para as famílias dos usuários do Programa Sentinela, o atendimento se mostra no mínimo satisfatório e quase sempre positivo e com uma qualidade superior aos atendimentos oferecidos por outros equipamentos públicos. Além disso, a oferta de subsídios para o deslocamento até os Centros de Referência (quando existentes) e os encaminhamentos feitos pelo Programa parecem atuar como incentivos à continuidade do atendimento, ainda que alguns problemas e sugestões tenham sido apontados.

Como foi possível observar foi mesmo constante a percepção positiva a respeito dos atendimentos recebidos, independentemente do porte populacional. Destacamos neste contexto, mais uma vez, a vulnerabilidade destas famílias e a possibilidade que o Sentinela passa a oferecer a elas de recorrerem, de uma forma acessível e com alguma presteza, a uma política pública, trata-se mesmo de dar destaque à presença do Sentinela como um facilitador da “entrada” num universo de menos abandono e exclusão.

Cabe destacar igualmente que as famílias atendidas, ainda que avaliando positivamente o serviço prestado, têm noção das principais dificuldades enfrentadas, sobretudo aqueles referentes à precariedade infraestrutural para os atendimentos. Houve menção reiterada à necessidade da expansão do serviço para além das crianças e adolescentes vitimizadas, chegando inclusive a se ponderar pelos atendimentos grupais às famílias e também ao atendimento do agressor.

## 5. Recomendações

Tendo em vista os aspectos pesquisados, este estudo propõe “padrões mínimos” para atuação e execução do Programa Sentinela enquanto um Serviço a ser incorporado e desenvolvido pelo CREAS. Parte-se de um padrão geral considerado estratégico em que o Serviço Sentinela possa funcionar como um eixo estruturador dos demais serviços prestados em seu âmbito, observando os seguintes aspectos:

- Que a equipe técnica do Serviço Sentinela adote o protagonismo infanto-juvenil como referencial teórico-metodológico de suas ações, devendo, desta forma, priorizar a escuta qualificada e a participação ativa de sua clientela em programas de defesa, prevenção e atendimento, além de promover debates com crianças e adolescentes sobre o ECA e as violências, divulgando os serviços de notificação e atendimento junto a escolas, postos de saúde, rádios comunitárias e movimentos de jovens nos municípios.

### **5.1 Padrões mínimos de implantação**

- Presença de diagnóstico prévio com levantamento exaustivo das situações de violência contra crianças e adolescentes no município;
- Identificação da presença, missão, objetivos e formas de atuação de instituições governamentais e não governamentais que trabalhem com a infância e a adolescência, para subsidiar a elaboração participativa e apropriada do Plano Municipal de Enfrentamento às Violências Sexuais;
- Participação atuante, desde a implantação do Programa, dos seguintes atores e instituições: governo estadual, poder legislativo e judiciário, Conselhos Tutelares e de Direitos;
- Definição de estratégias de integração e articulação da equipe técnica à rede de enfrentamento existente;
- Estabelecimento de critérios técnicos e de experiência para a seleção dos membros da equipe do Serviço.

### **5.2 Padrões mínimos da vigilância sócioassistencial**

- Presença de estratégias prévias de identificação dos casos e de um diagnóstico inicial sobre a situação de violência sexual a que estariam submetidas as crianças do município, através de um mapeamento em “áreas de risco”, realizado preferencialmente através de parcerias previamente estabelecidas entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como com a sociedade civil organizada;
- Definição de estratégias e ações que levem ao envolvimento das redes familiares, de vizinhança e comunitárias. A equipe técnica dos Centros de Referência deve estar capacitada e disponível para desenvolver atividades buscando a conscientização dos atores sociais a respeito da cultura da não violência;
- Realizar com regularidade estabelecida em um plano de intervenção, estratégias de sensibilização e capacitação de agentes comunitários e dos profissionais das áreas educacional e de saúde para a identificação de eventos de exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, contribuindo para a ampliação e diversificação das “portas de entrada” para o Programa Sentinela;

- Estabelecimento de parcerias com profissionais dos meios de comunicação orientadas para a conscientização e sensibilização da população com relação à temática violência infanto-juvenil e a divulgação das ações de prevenção e proteção às vítimas;
- Presença de um sistema de informações previamente estabelecido, onde serão armazenadas a documentação básica fornecida pelos dossiês individuais, organizados a partir da rotina de relato de cada atendimento realizado por cada um dos membros da equipe multiprofissional;
- Promoção regular e periódica de eventos de mobilização, a exemplo de campanhas preventivas e comemorações de datas alusivas tal como o dia 18 de maio - dia nacional de combate ao abuso e exploração sexual;
- Fomentar e participar proativamente da construção de uma Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes, com o intuito de elaboração do plano de ações necessárias nos municípios, com as respectivas responsabilidades dos membros da referida Comissão;
- Fomentar junto ao poder judiciário a fixação de uma “tarja preta” nos processos de violência sexual contra crianças e adolescentes, como forma de agilizar o andamento dos mesmos, uma vez que não haja uma Vara Especializada que trate desses casos.

### 5.3 Padrões mínimos de gestão

- Contar, no mínimo, com infraestrutura física do CREAS, que deverá incluir com relação ao espaço físico: recepção, salas com isolamento acústico para atendimento psicossocial, pelo menos uma sala ampla para trabalhos em grupos, dois quartos (meninos e meninas) – para os casos de funcionamento diurno, copa-cozinha; banheiros, sala para a coordenação, sala para os educadores, sala para o Serviço Social, e com relação a equipamentos: mobiliários adequados, material lúdico-pedagógico variado e atraente (incluindo Família de Bonecos), telefone, fax, pelo menos um automóvel e um computador conectado à Internet;
- Contar com equipe técnica multiprofissional: coordenador(a), psicólogo(a), assistente social, educador(a) social, advogado (a), recepcionista, técnico administrativo e/ou da informação. O número de profissionais deve ser compatível com a demanda dos atendimentos;
- Todo o processo de atendimento psicossocial e jurídico deve ser conduzido levando em consideração determinados princípios técnicos e legais;
- Estabelecer condições necessárias para uma baixa rotatividade dos membros da equipe técnica, em especial dos psicólogos/as e assistentes sociais, visando implementar vínculos empregatícios formais e condições salariais compatíveis para os técnicos;

- Em relação aos tipos de atendimento: oferecer atendimentos psicológicos e socioassistenciais regulares (os atendimentos psicológicos individuais, inicialmente, com regularidade semanal e os socioassistenciais com regularidade quinzenal ou mensal) e em formato individual e também grupal;
- De uma forma geral, os formatos de atendimentos podem contemplar as seguintes possibilidades técnico-especializadas: entrevistas individuais com a criança/adolescentes, entrevista de revelação, entrevista individual com familiares, visitas domiciliares, atendimento psicossocial à família, grupo terapêutico com crianças/adolescentes, grupos operativo-pedagógicos com familiares;
- O atendimento à criança/adolescente inicialmente deve ser individual e posteriormente deve-se pretender o encaminhamento para os atendimentos grupais. Da mesma forma, o atendimento aos familiares inicialmente deve ser individual e posteriormente deve-se pretender o encaminhamento para os atendimentos grupais;
- Em relação aos encaminhamentos para a rede de atenção socioassistencial é necessária uma definição precisa de um fluxo de atenção, definindo as organizações responsáveis pelos sistemas de notificação, de atendimento e de informação, com a restrição definitiva (excetuando-se os casos previstos em Lei) da circulação e revitimização das crianças/adolescentes: Relatórios e laudos devem substituir a presença física da criança/adolescente de forma a preservar e garantir a sua integridade emocional e social e evitar sua exposição pública;
- Atendimento e acompanhamento sistemático e continuado de crianças/adolescentes vitimizados em situação de abrigo;
- Fomento a iniciativas que facilitem o acesso das famílias ao serviço, a exemplo do fornecimento de vale-transporte;
- Acompanhamento continuado dos processos de responsabilização dos agressores pela equipe técnica;
- Em relação à articulação e mobilização da comunidade também são propostos alguns padrões mínimos tais como: existência de plantão telefônico 24 horas no Serviço; participação e incentivo em atividades comuns e compartilhadas por diferentes atores da rede local de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes; parceria com o Conselho Tutelar e de Direitos e com as delegacias especializadas; parcerias com as universidades; intercâmbio e troca de experiências entre sentinelas do mesmo Estado e do Brasil; articulação com a Proteção Social Básica; promoção de eventos, palestras, seminários, etc.

#### 5.4 Padrões mínimos de avaliação e monitoramento

- Realização semanal de reuniões interdisciplinares de toda a equipe técnica para discussão de casos e avaliação críticas dos procedimentos, dificuldades e potenciais, com o conseqüente estímulo à criação de Grupos de Estudo Interinstitucionais entre os técnicos do serviço e outros atores da rede local, incluindo os Conselheiros Tutelares e Secretarias de Assistência Social;
- Realizar capacitação técnica pelo menos semestralmente pelo Estado e bianualmente pelo governo federal. Nas capacitações deverá ser estabelecida uma rotina de rodízio entre os participantes membros da equipe técnica que deverão trazer o material para ser difundido e discutido nas reuniões semanais e locais da equipe;
- Estimular e solicitar a realização de reuniões bimestrais com as escolas, os postos de saúde, as delegacias, representantes do judiciário e do legislativo, bem como de outros programas sociais, para se discutir casos e procedimentos do Sentinela;
- Contratação de trabalho regular de supervisão e acompanhamento técnico de todos os atendimentos psicossociais e de todos os membros da equipe, a ser realizado por profissional específico contratado para este fim;
- Elaboração de um questionário de avaliação do serviço por toda a equipe técnica e aplicado pelos educadores da equipe do Sentinela que visa avaliar todas as atividades e atendimentos realizados (sendo que o trabalho deve passar a ser revisto a partir das informações coletadas neste instrumento). A periodicidade da aplicação do questionário deve ser definida em equipe, sendo que todas as famílias atendidas (mesmo as evadidas) serão convidadas a preenchê-lo;
- Presença e participação nas reuniões mensais dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Reforçar uma postura ativa da equipe em relação à avaliação e reestruturação dos processos de trabalho, conferindo adaptabilidade e flexibilidade à gestão do Sentinela;
- Compromisso concreto com procedimentos de avaliação e monitoramento oriundos dos relatórios fornecidos pelo sistema sentinela web, através do atendimento das metas estabelecidas;
- Fortalecimento de iniciativas de elaboração de instrumentos próprios para o monitoramento e avaliação, além dos relatórios emitidos pelo Sistema Sentinela Web.

## **Ficha Técnica**

**Execução da Pesquisa**  
Universidade Federal de Minas  
Gerais

**Coordenadores**  
Marlise Matos  
Fátima Anastasia  
Magna Inácio  
Daniela Leandro Rezende

**Pesquisadores**  
Ana Amélia de Paula Laborne  
André Drumond Mello Silva  
Murillo Marschner Alves Brito  
Raquel Vilela Cecílio  
Keli Rodrigues de Andrade

**Unidades Responsáveis**  
**Secretário de Avaliação e Gestão da  
Informação**  
Rômulo Paes e Sousa

**Diretora de Avaliação e  
Monitoramento**  
Jeni Vaitsman

**Coordenador-Geral de Avaliação  
e Monitoramento de Execução e  
Impacto**  
Luís Otávio Pires de Farias

**Equipe de acompanhamento da  
pesquisa**  
Daniela Peixoto Ramos

**Secretária Nacional de Assistência  
Social**  
Ana Lígia Gomes

**Diretora de Proteção Social  
Especial**  
Marlene Azevedo Silva

**Coordenadora-Geral de  
Acompanhamento das Ações  
Proteção Social Especial**  
Maura Luciane Conceição de Souza

**Elaboração, edição e diagramação  
deste sumário executivo**  
**Elaboração**  
Elizabete Ana Bonavigo

**Revisão**  
Bruno Cabral França  
Renata Mirandola Bichir  
Júnia Valéria Quiroga da Cunha

**Diagramação**  
Tarcísio Silva

**Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**  
Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323  
CEP: 70.054-906 Brasília | DF  
Fone: 61 2030-1509 | Fax: 2030-1529  
[www.mds.gov.br/sagi](http://www.mds.gov.br/sagi)